

## A DIALÉTICA DO "FIM" DO TRABALHO\*

## Introdução

A fim de melhor compreender o real significado das transformações que vêm ocorrendo, ao longo das três últimas décadas, no "mundo do trabalho" é necessário reafirmar o caráter historicamente definido e elaborar uma crítica radical ao trabalho<sup>1</sup> que é inerente à reprodução socioeconômica do capital. O ponto de partida refere-se à assertiva de que o *capital* deve ser tratado em termos de um metabolismo de reprodução historicamente específico no qual a forma básica de interdependência social apresenta-se com um caráter abstrato, impessoal e quase objetivo (Postone, 1996: 3-5). Nesse sentido, a dinâmica histórica do desenvolvimento do *capital* na sociedade capitalista, principalmente a partir de sua forma industrial de produção, consolida uma estrutura de dominação social, historicamente determinada, que se constitui a partir do *trabalho*. Pode-se dizer que se trata da forma de dominação mais perfi-

AÉCIO ALVES DE OLIVEIRA\*\*

## RESUMO

O objetivo da teoria crítica radical é empreender uma incursão pelo campo do *trabalho abstrato* para analisar o sentido de sua condição enquanto determinante e constituinte das demais relações sociais da modernidade. Tal crítica permite retomar uma discussão política importante, quanto ao caráter do *trabalho* considerado por muitos como princípio educativo e emancipatório. O argumento desenvolvido neste artigo conduz a uma posição oposta. A dialética imanente ao trabalho que produz o *capital*, sugere a possibilidade objetiva e subjetiva de uma forma superior de "fazer" relações sociais, não mais heteronomicamente determinada. No lugar da razão abstrata, inerente ao *valor*, a razão sensível, para que seja possível organizar um debate fundamentado em experiências práticas, a fim de vislumbrar quão destrutivo é o movimento tautológico do *dinheiro*. A razão sensível requer um movimento de ruptura que se ponha numa metaperspectiva ao *capital* e que contribua para reagregar todas as lutas defensivas imanentes ao sistema, até então desencadeadas pelos movimentos sociais. A "destruição" do *valor* é o real objetivo da crítica radical para que seja possível pensar a emancipação do *trabalho* nesta sociedade.

## ABSTRACT —

The aim of the critical radical theory is to undertake an incursion into the field of *abstract labor* to analyze the sense of its condition, while decisive and constituent of all other social relationships in the modernity. Such a critique permits to retake an important political discussion related to the character of *labor*, considered by many as an educational and the fundamental emancipatory principle. The argument developed in this article leads to an opposite position. The immanent dialectics to that labor which produces *capital* suggests the objective and subjective possibility of a superior mode to the "making" of social relationships, no longer heteronomously determined. Instead of *abstract reason*, inherent to *value*, the *sensitive reason* is proposed to make possible to organize a debate based upon practical experiences, in order to grasp how destructive the tautological movement of *money* is. *Sensitive reason* requires a global process of rupture with the existing order that puts itself *beyond capital* and that contributes to rearticulate all the defensive and immanent struggles within the *system of capital*, that has been developed by social movements. The "destruction" of *value* is the real goal of the radical critical theory in order to show that it is possible to think of *emancipation of labor* beyond the capitalist society.

\* O autor agradece aos colegas, Professor Marcelo Marques, do CEFET-CE, e Ramon da Ponte, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFC, pelas críticas e sugestões, e pela cumplicidade no grupo de estudo interessado em aprofundar a Teoria Crítica Radical.

\*\* Professor do Departamento de Teoria Econômica-UFC e Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Membro do Núcleo Interdepartamental de Estudos, Pesquisa e Extensão na Área do Trabalho-UNITRABALHO/UFC.

da da história, a qual se dissemina através de uma coerção silenciosa e de uma *divisão social do trabalho* que opõe os seres humanos nos mais diversos níveis da hierarquia socioeconômica inerente ao modo de produzir do capital. O que é identificado enquanto dominação de pessoas sobre pessoas, ou de classe sobre classe, é apenas o *lado aparential* inerente ao caráter abstrato da dominação social do *capital*.

Assim, a exploração econômica característica do modo de produção capitalista *aparece* como fruto da vontade subjetiva do "explorador". Do mesmo modo, a classe trabalhadora, o portador coletivo da mercadoria *força-de-trabalho*, *aparece* como "oposto antagônico" da classe capitalista e, em virtude dessa condição, como o sujeito da emancipação humana. Essas são questões que, na atualidade, estão a merecer uma crítica categorial profunda.

A crítica categorial ao *trabalho*, ao assumir um caráter radical, toma um sentido peda-

gógico importante, uma vez que aponta *para além do capital*, de sua ainda dominante, aparentemente eterna, rede de mediações de segunda ordem (Mészáros, 1995: 108-110). O pressuposto que orienta o sentido indicado se prende à necessidade humana de que a vida em sociedade deixe de ser a conseqüência de um “complexo de múltiplas determinações” estabelecidas de modo heteronômico, fruto de decisões enquadradas pela lógica da anarquia da produção, e que produz sofrimentos evitáveis, para se tornar o resultado de uma alternativa social, conscientemente formulada (Kurz, 1999: 210-211). Por esse motivo, para ser radical, a crítica não pode ficar restrita a aspectos distributivos, mas, fundamentalmente, situar-se no modo de produzir a riqueza sob o comando do *capital* para incluir, de maneira consistente, a crítica ao modo de distribuição, seja este através do mercado ou politicamente determinado (planejamento estatal). Portanto, a crítica ao *trabalho* deverá corresponder a uma ruptura categorial necessária para desfeticizar a forma de dominação abstrata dele emanada. No lugar das relações sociais que antes existiam entre produtores independentes, edificou-se o domínio da lógica da valorização do *capital* que passa a submeter todos, capitalistas e trabalhadores, através da fria e mecânica relação social mediada pelo *dinheiro*. Segundo Marx (1985a: 28), “El capital es la potencia económica, que lo domina todo, de la sociedad burguesa.” Com a sociedade capitalista, tal lógica inerente à esfera econômica, tende a permear as demais esferas e ser a expressão – mesmo quando dissimulada – da sociabilidade fetichista sob o domínio do *capital*.

A crítica aqui ensaiada tem por base as categorias marxianas fundamentais que se desdobram desde a esfera da moderna produção de mercadorias. Como se trata da relação social de produção das condições materiais que caracteriza esta sociedade, a análise do *valor*, além de possibilitar a ampliação da compreensão do desenvolvimento capitalista permite situar, historicamente, o processo de constituição de suas

estruturas fundamentais e das práticas sociais, ao longo desse mesmo desenvolvimento. A forma aparental inerente ao funcionamento dessas estruturas sociais se projeta sobre as ações e sobre o modo de pensar cotidianos, como se fossem dadas e quase imutáveis, o que leva os indivíduos a reconstituírem, com suas ações, mesmo sem perceberem, essas estruturas alienadas.

Assim, as relações sociais na sociedade capitalista são constituídas de modo alienado, a partir do *trabalho*, o qual submete e transforma as formas sociais anteriores. As pessoas, no capitalismo, constituem suas relações sociais e sua história através do *trabalho abstrato*, que se desdobram em práticas concretas alienadas. Ao mesmo tempo, o modo de constituição mediado pelo *trabalho* implica o estabelecimento de um contexto social que se caracteriza por um crescente distanciamento entre indivíduo e sociedade à medida que se dissemina a formamercadoria. Diante disso, a compreensão relacionada ao modo como no capitalismo as formas sociais anteriores são subsumidas e transformadas sugere a possibilidade objetiva e subjetiva de uma forma superior de “fazer” relações sociais, não mais determinadas automaticamente como aquelas constituídas pelo *trabalho*. Evidentemente, a relação dialética entre estruturas e práticas (ações) sociais se refere às dimensões objetiva e subjetiva inerentes à produção do *valor*.

Na atualidade do desenvolvimento do *capital* é crucial que a categoria *trabalho* seja confrontada com seu oposto, com uma “anticategoria” que possa dar conta de um movimento de ruptura (categorial) e de ressolidarização em um nível mais elevado e de máxima abrangência. No lugar da razão abstrata, inerente ao valor, a razão sensível, para que seja possível organizar um debate fundamentado em experiências práticas, a fim de vislumbrar quão destrutivo é o movimento tautológico do *dinheiro* (Kurz, 1999: 216-219). Ademais, a razão sensível requer um movimento de ruptura que se ponha numa metaperspectiva ao *capital*

que contribua para reagregar *todas as lutas defensivas iminentes ao sistema*, até então desencadeadas pelos movimentos sociais, dentro de uma estratégia de negação dialética das categorias dominantes voltada para a “destruição” do *valor*. Esse, o real objetivo da crítica radical para que seja possível pensar a emancipação do *trabalho* nesta sociedade. Trata-se de uma ruptura que tem por ponto de partida a recusa e o nojo diante das mediações sociais e da existência determinadas pelo *trabalho*.<sup>2</sup>

A atividade humana orientada para a criação do *valor* importa apenas na medida em que põe uma diferença quantitativa entre os valores envolvidos no processo de troca inerente à contraposição orgânica entre *capital* e *trabalho*. O trabalhador interessa pelo fato de que é portador material do *trabalho*, não importando sua condição de ser humano ou o caráter determinado da substância que transporta consigo. Mesmo assim, se estabelece uma oposição de interesses. Contudo, embora não seja percebida de imediato, trata-se de uma oposição de poderes diferenciados que permanece restrita à dinâmica da valorização do *capital*. As lutas desencadeadas durante o século XIX e em grande parte do século XX, objetivando a redução da jornada, *maiores salários*, melhores condições de *trabalho*, direitos sociais; e, na atualidade, as lutas pela *permanência no emprego com salários reduzidos* e por uma política pública de ocupação e renda; todas guardam em comum a manutenção dos pressupostos que fundamentam o *trabalho* nesta sociedade. Por esse caminho, *capital* e *trabalho* transformaram-se, historicamente, nos lados de uma mesma “moeda”. Esta “moeda” não é outra coisa senão a expressão da contraposição entre *trabalho* existente no espaço (*trabalho* “morto”) e *trabalho* que toma existência no tempo (*trabalho* “vivo”), ambos compondo um todo orgânico necessário à produção do *valor* (e da *mais-valia*).

No embate que se estabelece entre as classes, o interesse de uns poucos é transformar o *vir-a-ser* no *ser*,<sup>3</sup> o interesse de muitos outros se

torna produzir o *vir-a-ser* como garantia de recompra de sua mercadoria. A manutenção dos pressupostos do *trabalho* fica mais patente quando se constata um outro embate no interior da classe trabalhadora. Nesse sentido, é de se esperar que qualquer categoria de trabalhadores (sobremaneira em circunstâncias de “horror econômico”), defenda ardorosamente programas e políticas que mantenham em pleno funcionamento as atividades às quais se encontra vinculada, independentemente dos efeitos (deletérios) que se projetem sobre os demais despossuídos de meios de produção, e sobre o ambiente. Manter-se organicamente vinculada a determinado *capital* é a concretização da recompra da mercadoria *força-de-trabalho*, da identificação de classe e do “passaporte” socialmente venerado para obter condições materiais de vida nesta sociedade. Esse é o caminho para que se afirme a inclusão-cidadã característica da sociedade burguesa.

Desse modo, pode-se dizer, tem-se uma *classe que vive para o trabalho* – aqueles que sacrificam a própria vida em benefício do *capital* – e a outra que *vive do trabalho alheio* – aqueles que são os beneficiários deste sacrifício. Ambas compõem, funcional e organicamente, o processo de produção do *valor*. Assim, a “identificação” entre capitalistas e trabalhadores se efetiva em virtude mesmo da *dominação social abstrata* que envolve a sociedade capitalista.

A crítica radical é crucial para o entendimento das mudanças em processo no atual momento de reestruturação do *capital*. Antes de tudo, as mudanças correspondem a uma maior sofisticação na aplicação de antigas normas de funcionamento da economia capitalista em sua incessante busca de maximização da exploração econômica do *trabalho*. Para tanto, podem ser combinadas formas de intensificação e de extensão da jornada do *trabalho* e de relaxamento de direitos dos trabalhadores, mais ainda num contexto de pressões por desregulações generalizadas no âmbito da circulação de mercadorias e do *capital*, este em suas diversas modalidades. São mudanças que se

concretizam através da disseminação e utilização de “novos conceitos de produção”, tais como, “qualidade total”, “reengenharia”, “produção enxuta” (*job enrichment, job enlargement, lean production, just in time*), e tantos outros, ao lado da adoção de diversas modalidades de subcontratação. As inovações em andamento são parte da “contradição em processo”, as quais, ao lado da “financeirização da economia”, ou “da emergência de um *regime de acumulação mundial predominantemente financeiro*” (Chesnais, 1999: 258-260), compõem o quadro da crise estrutural do *capital* como se apresenta na atualidade. A eliminação de postos de trabalho e o desmonte dos direitos e conquistas individuais e sociais dos trabalhadores são manifestações dessa crise e conformam o cenário de “horror econômico” com o qual a humanidade vem se deparando, principalmente desde as duas últimas décadas do século XX.

Diante de tal quadro, é crucial elaborar uma pauta que inclua a discussão de uma crítica social radical, expressamente formulada, tendo em vista provocar um debate teórico-político, para que se possa pensar um processo pedagógico no qual sejam explicitadas práticas sociais que se contraponham ao *trabalho*. Como se sabe, todo sistema de reprodução social tem seus limites intrínsecos ou absolutos que não podem ser ultrapassados enquanto não for experimentado um outro modo de reprodução social. Esse reconhecimento terá que ser avançado com o exercício de uma crítica emancipatória, radicalmente transformadora, mesmo se tendo consciência das “insuperáveis” complexidades existentes na atualidade.<sup>4</sup>

### Fundamentos da crítica radical ao trabalho na sociedade produtora do capital

O *capital* é um metabolismo de reprodução historicamente específico no qual a forma básica de interdependência social apresenta-se com um caráter impessoal e quase objetivo.<sup>5</sup> Seu desenvolvimento aprofunda-se *pari passu*

com a dinâmica histórica da sociedade capitalista e, a partir da forma industrial de produção, inicia o processo de dominação abstrata que se constitui a partir do *trabalho*. As implicações da dinâmica de seu desenvolvimento e de seu processo de reprodução permitem identificar a contradição básica que lhe é imanente e, conseqüentemente, a natureza da crítica social que se faz necessária.

As relações sociais específicas da sociedade capitalista, por seu lado, são constituídas a partir de determinadas práticas e estruturas que assumem o lugar das pessoas, ou mesmo das classes sociais, engajadas nestas mesmas práticas. Tais práticas e interdependência compõem a forma de mediação social específica referida ao *trabalho* nesta sociedade. Evidentemente que, em tal contexto, o significado de *trabalho* não corresponde a “mediações de primeira ordem” (Mészáros, 1995: 138-141), estas entendidas em seu aspecto geral, inerente à interação entre o homem e a natureza para criar produtos que deverão satisfazer necessidades humanas de várias ordens.<sup>6</sup>

A ampliação do conceito para incluir o “trabalho doméstico”, o não profissional, o não assalariado, o não remunerado, apenas embotaria a compreensão quanto ao lugar mesmo dessas atividades no seio da dominação do *capital*. Menos ainda, a inclusão do chamado mercado de “bens simbólicos” (Bourdieu, 1997: 159-164). Antes de tudo, são atividades cujos produtos não podem ser considerados diretamente sociais. Por não comporem o quadro da produção do *valor* (e da *mais-valia*), essas “produções” ocorrem num âmbito privado e de uso individual (também privado). De acordo com Marx (*Grundrisse* 1: 213): “El trabajo como mera prestación de servicios para la satisfacción de necesidades directas, nada tiene que ver con el capital, pues a éste no le interesa.” Ampliar o significado para nele incluir as considerações pertinentes a relações de gênero (o chamado “sexo social”), também carece de fundamento, principalmente quando tais relações são transformadas em “questão única”. De ma-

neira análoga, incluir tal questão não ajuda a captar adequadamente o real significado da dominação social inerente ao *capital*. A problemática das relações de gênero é inegavelmente muito importante – como também o é aquela relacionada aos desequilíbrios ecológicos –, porém, torna-se mais consistente quando contextualizada ao quadro dessa mesma dominação.

O fundamento central para a crítica radical pode ser encontrado em Marx (1985a: 84). Segundo este pensador alemão, o nexos social inerente ao *sistema do capital* se expressa no *valor-de-troca* que estabelece a dependência recíproca geral entre os indivíduos:

A dependência mútua e generalizada dos indivíduos reciprocamente indiferentes constitui seu nexos social. Este nexos social se expressa no *valor-de-troca*... O indivíduo deve produzir um produto universal: o valor-de-troca ou, considerado este em si, isoladamente e individualizado, *dinheiro*. [...] vale dizer, algo universal no qual toda individualidade, todo caráter próprio é negado e cancelado. Na realidade, esta é uma situação muito distinta daquela na qual o indivíduo natural ou historicamente ampliado na família ou na tribo (e em seguida na comunidade), se reproduz sobre bases diretamente naturais...

Desse modo, o *sistema do capital*, ao dissolver as relações pessoais (históricas) de dependência, constituídas em torno da produção das condições materiais e culturais de existência, quase naturais, funciona no sentido de reduzir todos os produtos e todas as atividades a *valores-de-troca*. Ao serem dissolvidas, essas relações pessoais dão lugar a uma situação na qual o caráter social da atividade implica subordinar os indivíduos a relações que subsistem independentemente deles, as quais emergem dos “choques” entre “indivíduos reciprocamente indiferentes”. Tais “choques” decorrem da sociabilidade que emana da necessidade de reprodução do *capital*. Ainda de acordo com Marx (*Grundrisse* 1: 84-85):

O intercâmbio geral das atividades e dos produtos, que se há convertido na condição de vida para cada indivíduo particular, e é sua conexão recíproca [[com os outros]], se apresenta perante eles mesmos como algo alheio, independente, como uma coisa. No valor-de-troca o vínculo social entre as pessoas se transforma em relação social entre coisas. [...] Cada indivíduo possui o poder social sob a forma de uma coisa.

Pode-se, então, depreender que o comando sobre as coisas fornece a dimensão quantitativa e qualitativa do poder que cada indivíduo exerce sobre o conjunto da riqueza social, sobre o mundo das mercadorias. Marx sintetiza: “Seu poder social, assim como seu nexos com a sociedade, [o indivíduo] o leva no bolso.”

As relações de dependência pessoal estavam restritas a lugares isolados. Pode-se dizer que as primeiras formas (naturais) que constituíam o nexos social entre os indivíduos expressavam as “mediações de primeira ordem”. Na moderna sociedade produtora de mercadorias, por sua vez, a independência pessoal fundada na dependência com relação às coisas é a forma mais adequada para a constituição de “um sistema de metabolismo social geral, um sistema de relações universais, de necessidades universais e de capacidades universais” (Marx, 1985a: 85). Tal sistema, fundado na “relação social entre as coisas”, que corresponde à sociedade capitalista, revela o caráter do nexos social das “mediações de segunda ordem”.

As “mediações de segunda ordem” características da sociedade capitalista vão generalizando um nexos social externo aos indivíduos e independente deles, através da *divisão social do trabalho*, que acentua a dependência recíproca universal entre os produtos e o isolamento de seus interesses privados. Nesse sentido, os indivíduos tornam-se reciprocamente indiferentes, uma vez que a lógica do *capital* compreende a necessidade de transformar todas as atividades humanas em *dinheiro* (*valor-de-troca*). O poder das coisas, o nexos social determinado pelas

coisas, projeta-se sobre os indivíduos quase que como uma fatalidade e concretiza a finalização do processo histórico de dissolução das diversas formas anteriores nas quais o trabalhador é proprietário ou o proprietário trabalha.<sup>7</sup> Tal dissolução apenas afirma o novo nexos social que emerge com o capitalismo, ao qual corresponde o trabalhador “livre”, como capacidade puramente subjetiva, que se defronta com condições objetivas de produção como sua não-propriedade. Para o *sistema do capital* o trabalhador não pode ser considerado uma condição da produção, mas sim o *trabalho* que realiza. Se este puder ser realizado “por meio de máquinas, ou simplesmente por meio da água ou do ar, tanto melhor” (Marx, 1985a: 459).

Por conseguinte, na sociedade capitalista, para que as coisas adquiram e manifestem seu poder social, é imperativo transformar as atividades dos indivíduos e seus produtos em *dinheiro*. Por esse caminho afirma-se o caráter diretamente social da produção que não resulta de uma associação de indivíduos na qual prevalece uma divisão do “trabalho” autonomamente definida. A heteronomia que caracteriza o *trabalho* significa que os indivíduos se encontram subsumidos à produção social, e que, por este motivo, esta não é controlada por eles como se fosse um patrimônio coletivo (Marx, 1985a: 86). O nexos social entre os indivíduos, que é estabelecido com a *divisão do trabalho social*, se estende até o mercado mundial, através da *divisão internacional do trabalho*. Não se trata de um nexos social qualquer, mas daquele que se adequa à lógica da valorização do *valor*.

Esse nexos social corresponde a um metabolismo material e espiritual que se vai construindo independentemente do saber e da vontade dos indivíduos e que pressupõe precisamente sua indiferença e independência recíproca (Marx, 1985a: 89). (Trata-se de um nexos diametralmente oposto àquele determinado por vínculos de consanguinidade ou de servidão.) Por outro lado, resulta das práticas dos indivíduos, é uma criação social, um produto histórico necessário para

o desenvolvimento da individualidade, contudo de forma alienada e externa a esses mesmos indivíduos. A estreiteza do nexos social característico da sociedade capitalista, cuja marca é a alienação, impede o desenvolvimento universal dos indivíduos com base em relações sociais que lhes possibilitem o efetivo exercício da autonomia submetida ao controle coletivo. O desenvolvimento da individualidade permitido pelo nexos social orientado pelo *valor* cria a universalidade da alienação do indivíduo frente a si mesmo e aos demais. Todavia, também cria possibilidades para que surjam relações sociais próprias, submetidas ao controle coletivo.

A crítica ao *trabalho* aqui apresentada é fundamentalmente diferente da crítica social ao capitalismo que se restringe aos limites definidos pelos pressupostos que caracterizam o Marxismo tradicional (Postone, 1995: 7-15). De início foi necessário qualificar e atualizar a compreensão quanto à natureza da dominação do *capital*. O Marxismo tradicional personifica a dominação e a assume em termos do confronto entre exploradores e explorados, de pessoas sobre pessoas ou de uma classe (os capitalistas) sobre a outra (os trabalhadores). A abordagem aqui desenvolvida tem por ponto de partida a *contradição central* específica da sociedade capitalista moderna explicitada rigorosamente nos *Grundrisse* (Marx, 1985b: 216-237),<sup>8</sup> a qual serve, ao mesmo tempo, de fundamento à crítica aos pressupostos básicos das interpretações do Marxismo tradicional. Deve ficar claro que a *contradição central*, conforme revelada por Marx nos idos de 1857-1858, adquire maior visibilidade e transparência nas condições históricas atuais do desenvolvimento do *capital*.

A crítica social tradicional focaliza o capitalismo do ponto de vista do *trabalho*, do ponto de vista de quem o realiza; uma crítica radical deve voltar-se para o caráter historicamente determinado do *trabalho* no capitalismo, vendo-o como elemento constitutivo da e constituído pela sociedade capitalista. A crítica social ao capitalismo do ponto de vista do *trabalho* o mantém en-

quanto tal: fragmentado, alienado e desrealizador, vale dizer. Nesses termos, a crítica social tradicional, ao servir como legitimadora do *trabalho* supprime a si mesma. Tal posição, contrariamente ao que Marx sugere, atribui a “dignidade” alcançada através deste *trabalho* como necessária à existência humana. Marx antecipara nos *Grundrisse* a necessidade da superação histórica do “mero trabalhador”, com a abolição do *valor-capital* constituindo-se uma pré-condição para a plena realização do ser humano. A humanização do homem, portanto, deveria realizar-se através de uma estrutura de mediação social radicalmente oposta, que permitisse o “trabalho” de cada um tornar-se o contributo de uma coletividade de “produtores livremente associados”. Ironicamente, quando a crítica ao capitalismo é feita do ponto de vista do trabalho, o *trabalho* é defendido pelo movimento clássico dos trabalhadores e exigido por todos como um direito de cidadania nesta sociedade.

### A crítica ao trabalho e o sentido da dominação social abstrata

O duplo caráter da mercadoria ajudará a melhor entender as diferenças entre a crítica à sociedade capitalista a partir do *trabalho*, da perspectiva de quem o realiza, e aquela relacionada à crítica ao *trabalho* nesta sociedade. Esta última perspectiva deverá revelar que as estruturas que conformam as relações sociais de produção do *capital*, construídas pelas práticas das pessoas, ou das classes sociais, em acordo com a lógica da produção do *valor*, correspondem a uma forma de “dominação social sem sujeito” (Kurz, 2000).<sup>9</sup> Ou seja, não se trata, essencialmente falando, da dominação de pessoas sobre pessoas, ou de uma classe sobre outra classe, ou de países sobre países, mas sim, do poder de um metabolismo social que a todos aprisiona e no qual predomina um dos aspectos da mercadoria. A “dominação sem sujeito” aqui afirmada, contudo, manifesta-se através de práticas das pessoas, ou das classes sociais, e das estruturas

organizadas e adequadas para dar vazão à produção e à realização do *valor*.

Desse modo, sendo a dominação social abstrata a marca do sistema do *capital*, na sociedade capitalista as pessoas são dominadas pelo *trabalho abstrato*. Este *trabalho* constituiu o metabolismo que dissolveu as relações sociais de produção anteriores, nas quais o valor-de-uso se apresentava como finalidade das atividades produtivas, e em seu lugar posicionou o *valor-de-troca*. Tal dissolução, por sua vez, somente ocorreu a partir de certo desenvolvimento das forças produtivas, materiais e intelectuais, que permitiram o estabelecimento de novas bases técnicas que se foram tornando crescentemente adequadas à produção do *valor*. Com isso, a produção do *valor*, e da *mais-valia*, deixa de ser, gradativamente, fruto da vontade pessoal e se torna, crescentemente, imposta pela necessidade de autovalorização do *capital*.

Desse modo, a mercadoria assume a condição do verdadeiro sujeito e o homem o executor de sua lógica, executor do movimento automático do valor, o qual, segundo Marx (*Apud*, Jappe, 2003: 98), se apresenta como sujeito. Portanto, não sendo o homem, o sujeito é o capital, e as pessoas, a ele sujeitadas. Assim, as classes são executoras da lógica da valorização. Nesse sentido, vale transcrever de Jappe (*Idem*: 97), quando cita Marx para criticar o marxismo tradicional:

Le capitaliste fonctionne uniquement comme *personification* du capital, capital-personne, de la même manière que l'ouvrier n'est que le *travail* personifié [...] La domination du capitaliste sur l'ouvrier est, en conséquence, domination de la chose sur l'homme, du travail mort sur le travail vivant, du produit sur le producteur>>, un procès <<qui, sous un autre angle certes, nous montre, à un pôle, le capitaliste tour autant asservi au capital que l'ouvrier, au pôle opposé.

Com esse desenvolvimento, o argumento subjetivista (dominação com sujeito) perde efi-

cácia explicativa, mais ainda com a explicitação da crise estrutural do *capital*. Se na fase caracterizada pela *subsunção formal do trabalho ao capital* os sujeitos se revelavam através da forma mercadoria, com a *realização* da subsunção terão que, gradativamente, deixar de fazê-lo. A produção do *valor*, e da *mais-valia*, deixa de ser fruto da vontade pessoal e se torna, crescentemente, imposta pela necessidade de autovalorização do *capital*. Nesse sentido, não se poderia atribuir os malefícios produzidos na sociedade do *capital* – desemprego estrutural, formas de precarização do *trabalho* (incluindo-se a flexibilização da legislação que “civiliza” a relação *capital-trabalho*), violência crescente, criminalidade em vários níveis, miséria ampliada, concentração de renda, degradação do ambiente, discriminação entre gêneros, tráfico de drogas, corrupção, seqüestros, terrorismos, e assim por diante – exclusivamente a sujeitos guiados pela vontade e pelo interesse egoístico, sobretudo quando se sabe que o sistema do *capital* e a contradição que lhe é inerente têm um viés destrutivo, e até mesmo autodestrutivo.

E, o que talvez seja mais importante perceber, a dominação social perde seu caráter pessoal e se introjeta nas pessoas enquanto objetividade, precisamente através do *trabalho* que realizam para produzir *valor* (e *mais-valia*). Nesse sentido, a dominação social que se estabelece por sobre as pessoas, ou por sobre as classes, torna-se crescentemente abstrata à medida que vai se explicitando a contradição central do sistema do *capital*. Ao mesmo tempo, essa “dominação sem sujeito” vai se “objetivando”, tornando-se mais visível, à medida que o *trabalho* “vivo” vai sendo substituído pelo *trabalho* “morto”, este, principalmente, na condição de agente fixo que embute elevado conteúdo científico. Apesar de apontar para seu limite histórico absoluto, logicamente previsível, o sistema de *trabalho* capitalista encontra, em seu interior, mecanismos recorrentes de resolução e de adiamento de sua *débâcle*. Contudo, sempre repondo as condições de possibilidade de sua

superação com o aprofundamento da contradição fundamental que lhe é inerente.

Um outro aspecto a ser considerado, naquilo que se relaciona ao caráter diretamente social do *trabalho*, refere-se ao modo atomizado de existência social dos indivíduos na sociedade capitalista. Tal modo de existência poderia ser criticado pelo fato de os indivíduos terem uma existência relativamente isolada e a produção resultar da coletividade desses mesmos indivíduos. Embora o caráter social do *trabalho* possa dar margem a tal crítica é preciso que a mesma não restrinja apenas a esse aspecto da existência social individual. A sociedade capitalista não deveria ser analisada em termos da contradição entre os indivíduos isolados (mônadas) e a coletividade social. A crítica deve se referir a *ambos* os termos, uma vez que estão estruturalmente relacionados e decorrem da especificidade do *trabalho*: ao mesmo tempo, os indivíduos estão isolados, mas são interdependentes e mutuamente indiferentes. A análise crítica com relação a tal questão deve, portanto, ser desenvolvida a partir do ponto de vista da possibilidade histórica da superação de tal contradição, quando cabe a noção de “indivíduo social” de Marx (1985b: 228).

Se o trabalho que interessa como objeto da crítica é aquele que constitui o *valor*, o ponto de partida a esfera da produção capitalista de mercadorias, como já referido anteriormente. O *valor* se converte em *capital* – e o *capital* em *valor* – tão logo o consumo de *força-de-trabalho* engendra a *mais-valia*, condição para a reprodução do *capital* e da própria relação social de produção que lhe é adequada. Nesse sentido, a especificidade histórica do *trabalho* no capitalismo coincide com a assunção do *capital* enquanto relação social de produção. Agora o *trabalho* pertence ao *capital*, pois seu resultado materializa-se em *capital*. A troca de *força-de-trabalho* por *dinheiro* é a fase necessária para a transformação do *dinheiro* em *capital*; e o trabalhador, formalmente livre para alienar ou não sua *força-de-trabalho*, em troca de salário. Con-

tudo, a renovação de suas necessidades o mantém preso à força criadora do *trabalho*, agora já transformada em força produtiva do *capital*, como que uma espécie de poder que lhe é alheio. De qualquer maneira, o trabalhador interessa ao *capital* justamente pelo fato de que é portador material do *trabalho*. Por esse motivo, o *trabalho* torna-se o sistema de dominação mais pérfido da história que se dissemina através de uma coerção silenciosa, estabelecendo os mais diversos níveis da hierarquia socioeconômica inerente a esta sociedade. Como se trata de um sistema totalizador, os trabalhadores, objetivando a satisfação de suas necessidades imediatas, se defrontam com os capitalistas, enquanto classe, e individualmente entre si.

O *trabalho* “vivo”, cuja qualidade é conservar o *trabalho* já existente no espaço converte-se, por este motivo, em força do *capital* no tempo. A qualidade vivificante do *trabalho*, que nada custa ao trabalhador, só interessa na medida em que beneficia gratuitamente ao capitalista (Marx, 1985a: 311). Trata-se de um “dom” que se concretiza na relação entre *capital* e *trabalho* com a combinação orgânica entre as condições materiais e a força social do *trabalho*. De um lado, os meios de produção, cujo *valor* se conserva com sua transferência para o produto (um novo *valor*); de outro, cada vez menos determinante, o fator subjetivo do processo de produção, a fonte do *valor* novo. Os fatores objetivos não são reproduzidos, mas sim, têm seus *valores* conservados, pois nunca poderão agregar ao produto um *valor* maior do que aquele que representam. O contrário ocorre com o fator subjetivo, cuja qualidade crucial é produzir um novo valor-de-uso que contenha um *valor* superior àquele correspondente ao da *força-de-trabalho*. Assim, essa qualidade da mercadoria *força-de-trabalho*, seu valor-de-uso como propriedade do *capital*, desvenda e explicita a verdadeira fonte do lucro do capitalista. Fica desvendada, definitivamente, a categoria-chave da produção capitalista, a *mais-valia*.

A revelação da categoria-chave do modo de produção capitalista mostra que a condição de vida do trabalhador está vinculada às necessidades do *capital*. Ou seja, o trabalhador assalariado só encontra suas condições de vida se sacrifica uma parte de seu tempo de vida em benefício do *capital* (Rosdolsky, 1979: 256-260).<sup>10</sup> O *trabalho* aparece, desde sempre, como sacrifício, e neste sentido a produção de *mais-valia* assemelha-se a outras formas coercitivas anteriores, de natureza extra-econômicas.<sup>11</sup> Se o sacrifício da própria vida é condição de vida para o trabalhador, ao *capital* pouco importa fazer uso do *trabalho* direto forçado – seja a escravidão ou a servidão – ou produzir excedente através do *trabalho* forçado mediado, o *trabalho assalariado*.<sup>12</sup>

A situação na qual predomina o *trabalho* direto forçado, além de ser identificada a um baixo estágio das forças produtivas, também se refere a uma formação socioeconômica voltada para o atendimento de necessidades mais ou menos limitadas. Nesse caso, o objetivo das atividades humanas é a produção de valores-de-uso, tanto para dominantes quanto dominados, e a compulsão para tal se dá através da relação direta entre as pessoas. Nas sociedades primitivas pré-classistas, a totalidade do processo reprodutivo é tal que não há nem “trabalho”, nem “tempo livre”, nem “cultura”, como esferas particulares. Em tais circunstâncias, o “mundo dos homens” (Mészáros, 1981: 113) e o “mundo do trabalho” seguiam as mesmas normas inerentes às relações de dominação e de dependência pessoal. Religião, tradição, cultura, compromissos mútuos, asseguravam a natureza da subordinação. Assim, de um modo geral, nas formações pré-capitalistas, a identidade do processo da vida em todos os seus momentos afirma-se no interior do processo de reprodução social dos produtores imediatos e perdura até a emergência da *Manufatura* e da divisão capitalista do *trabalho*. Quando a energia humana é transformada em *dinheiro*, a esfera do *trabalho* tende, progressivamente, a se separar do contexto mais amplo da vivência e passa a obedecer à racionalidade estrita da valo-

rização do *capital-dinheiro* para a qual serve de suporte. Nessa circunstância, o *trabalho alienado* (ou *assalariado*) sintetiza a crescente valorização do “mundo das coisas” e a crescente desvalorização do “mundo dos homens”.

Portanto, pode-se concluir, a crescente reificação das relações sociais inclui o processo de qualificação-desqualificante (Oliveira, 2002) da *força-de-trabalho*, e tanto os homens quanto o *trabalho* “desumanizam-se”. A relação *capital* – entendida como a forma desenvolvida do *valor* – produziu, em sua pureza, a separação entre o *trabalho* e os outros momentos do processo de reprodução social. Por seu lado, a apropriação do *trabalho excedente* converteu-se em um fim em si mesmo e o *trabalho forçado mediado* naturalizou-se com base em meios e estímulos acionados pelo metabolismo social do *capital*. Desse modo, o desenvolvimento do *capital*, ao se assentar sobre a alienação do *trabalho*, revela que o tipo de dominação que lhe é apropriado assume a qualidade de ser *crescentemente abstrata*. E o trabalho que se manifesta separado do “tempo livre”, da “política”, da “arte”, da “cultura” etc., é desde sempre *trabalho abstrato*.

### A dominação sem sujeito através do dinheiro (ou o dinheiro como sujeito da dominação)

O sistema do *capital* compõe-se de um conjunto de mecanismos necessários à organização, desenvolvimento e aperfeiçoamento de suas estruturas sociopolíticas e econômicas. Todo esse conjunto tem por finalidade a produção da energia vital exigida para a reprodução ampliada do *capital*. Em particular, no que se relaciona aos meios de produção, estes são sistematicamente revolucionados para impulsionar aumentos da produtividade do *trabalho*. Quanto aos meios e aos estímulos subjetivos, os mesmos se materializam através de uma forma de coerção, a qual assume um caráter direta e crescentemente social (ao mesmo tempo em que indireta e crescentemente impessoal). A natureza abstrata da do-

minação social do *capital*, deverá manifestar-se através daquelas estruturas e, sobretudo, através do *dinheiro*, em virtude de sua condição de “representante material universal da riqueza”,<sup>13</sup> expressão última do *valor-de-troca* e, portanto, a senha para o mundo das mercadorias.

Quando o *dinheiro* apenas expressava a riqueza em suas diversas formas naturais, a relação entre estas e seus possuidores era tal que, na essência, os indivíduos apareciam identificados com as próprias coisas, as quais se constituíam a expressão do *desenvolvimento de sua individualidade*. O sujeito e o objeto conformavam a unidade necessária que acompanhava a existência terrena das coisas e o *dinheiro* aparecia apenas como simples meio de troca, em sua condição de moeda, enquanto mercadoria particular. Nessa circunstância, a produção de valores-de-uso era a finalidade e o *dinheiro* o meio para obter mercadorias. Quando o *dinheiro* se afasta de sua condição de meio de troca, transforma-se em sujeito da riqueza universal e rompe o vínculo com seu possuidor no sentido de que não decorre do desenvolvimento da individualidade deste mesmo possuidor, mas sim de circunstâncias particulares. Sendo o *dinheiro* o sujeito universal da riqueza, o indivíduo poderá obtê-lo vendendo ou comprando *força-de-trabalho*; ou através de assaltos, do tráfico de drogas, ou ainda de seqüestros. Importa, sobretudo, a quantidade obtida pois esta irá representar a dimensão do domínio particular (do indivíduo) sobre o mundo das mercadorias e das pessoas.<sup>14</sup> A condição de sujeito adquirida pelo *dinheiro* confere e transfere poder a seu possuidor de tal modo que este adquire capacidade e condições necessárias para impor determinações, propor objetivos e praticar ações.

Na condição de vendedor de *força-de-trabalho*, o indivíduo procura meios para atender suas necessidades imediatas; na condição de comprador, é obrigado a acumular *dinheiro* enquanto *capital*, independentemente da origem do *dinheiro* inicial e do caminho que irá escolher para atingir tal objetivo.<sup>15</sup> Tal circunstância

corresponde ao uso produtivo do *dinheiro*, o que pressupõe a existência do *trabalho assalariado* – a relação através da qual a dominação social se projeta sobre os trabalhadores e que tem como fulcro o *dinheiro*. Nesse contexto, a laboriosidade do indivíduo não pode ser o limite e não importa a particularidade ou as características individuais. Isso porque, não se trata mais do desenvolvimento das virtudes e criatividade dos indivíduos, mas sim da impetuosidade do *capital*. Ambas as condições correspondem à “dissolução” do indivíduo. Ou seja, na condição de vendedor a “dissolução” ocorre em virtude do fato de que se trata de uma escolha forçada pelas necessidades. Na condição de comprador de força-de-trabalho, porque a busca incessante de *dinheiro* deixa de ser a busca por melhores condições de vida para seu possuidor e se volta para atender a necessidade de expansão do *capital*. A concorrência impulsiona a “dissolução” e a conseqüente transformação dos indivíduos em agentes do *capital*. Assim, afirma-se, historicamente, um modo de produção construído e orientado diretamente para o *valor-de-troca* e apenas indiretamente para o valor-de-uso.

O *valor-de-troca* (o *dinheiro*), enquanto finalidade objetiva do sistema produtivo, já contém em si a coerção sobre o indivíduo. Isso porque, ao mesmo tempo, sua existência social depende da produção do *valor*, e de um produto que lhe é estranho. Nesse sentido, sua existência natural fica negada e ele se torna uma determinação da sociedade, uma produção histórica da sociedade capitalista. Assim, o *trabalho* apresenta-se como a *determinação* do homem.<sup>16</sup> O produto deixa de ser produto para o trabalhador e somente se realiza através da circulação, mais amplamente quanto mais desenvolvida for a *divisão do trabalho social*. No seio do sistema do *capital* esse é, precisamente, o processo social de produção do *valor*. Tal processo expressa, ao mesmo tempo, a negação do *dinheiro* como elemento passivo da circulação e sua afirmação como elemento incitador da produção e da circulação, bem como da sede

de enriquecimento de seu possuidor, seja este trabalhador assalariado ou capitalista.

O *dinheiro* enquanto meio de circulação (portanto, na condição de moeda) esgota, do ponto de vista de quem o possui, sua capacidade de compra tão logo reingressa na circulação; o *dinheiro* enquanto *capital*, amplia sua capacidade de compra tão logo ingressa na circulação. Nesse último sentido, o *dinheiro* se afirma como a *relação social* desta sociedade. Uma vez que o nexo social que se estabelece entre indivíduos “reciprocamente indiferentes” se materializa no *valor-de-troca*, o *dinheiro* se torna a finalidade última e a medida do poder dos indivíduos sobre as “riquezas sociais”. Portanto, de incitador de apetites, o *dinheiro* enquanto *capital* adquire a condição de estimulador do desenvolvimento das forças produtivas, materiais e espirituais desta sociedade, desde o momento histórico a partir do qual a coerção para o *trabalho* tornou-se mediada pela retribuição sob a forma de *dinheiro* (Marx, 1985a: 158).

A base para a reprodução social dos indivíduos deixa de ser, definitivamente, determinada pelo que produzem e como produzem, para ser determinada pelo produto do *trabalho* como algo alheio que lhes subordina a relações que subsistem independentemente deles, que nascem e se reproduzem através do entrelaçamento de indivíduos reciprocamente independentes.<sup>17</sup> Portanto, os indivíduos são aprisionados por (suas próprias) práticas voltadas para a produção do *valor-de-troca*. E ainda, sendo o *dinheiro* o “produto universal” da sociedade capitalista, alimenta a sede de enriquecimento dos indivíduos, tornando-se objeto de desejo e potência incitadora capaz de liberar toda a laboriosidade humana para a produção do *valor-de-troca*. As relações entre os indivíduos assumem um caráter tal que todos ficam subsumidos a *abstrações*, estas entendidas enquanto expressão teórica das relações materiais que os dominam (Marx, 1985a: 92). O *dinheiro* – por ser a manifestação universal da riqueza – apresenta-se como a *abstração* máxima dessas relações.

## Dominação sem sujeito e crise do trabalho

Conforme o argumento apresentado na seção anterior, o contraponto entre *capital* e *trabalho* é uma oposição adequada ao modo de produzir da sociedade capitalista. Em particular, a luta de classes revelou-se ao longo do tempo como imanente à dinâmica interna da valorização do *capital*, ou seja, como o canal social e político através do qual os interesses divergentes se foram explicitando. O capítulo VIII de *O capital*, que trata da luta histórica pelo estabelecimento de uma jornada de trabalho mais “aceitável” – e a esta se podem agregar outras lutas travadas ao longo do século XX, por direitos individuais e sociais, elevação de salários, melhores condições de trabalho, “políticas de emprego e renda” – demonstra que o pressuposto fundante do sistema do *capital* ficou resguardado.<sup>18</sup> Embora tenham sido lutas voltadas para questões distributivas, foram importantes para acelerar a missão modernizadora e civilizatória do *capital* e acelerar o desenvolvimento da tradição fundamental do capitalismo.

Essa “identificação” entre *capital* e *trabalho* se efetiva em virtude da *dominação social abstrata* que envolve a sociedade capitalista. Mesmo que não seja percebida de imediato, a existência de uma oposição de poderes diferenciados permanece restrita à dinâmica da valorização do *capital*. As lutas anteriores encetadas pelos trabalhadores por salários e melhores condições de trabalho e de vida – mesmo que na atualidade tenha adquirido lugar a luta pela *permanência no emprego com salários reduzidos* –, todas guardam em comum a manutenção dos pressupostos que fundamentam o *trabalho* nesta sociedade. Por esse caminho, *capital* e *trabalho* transformam-se nos lados de uma mesma “moeda”.

Ao mesmo tempo, sendo o *capital* uma relação social, um metabolismo social de dominação abstrata, é *trabalho acumulado* (*trabalho “morto”*); e o *trabalho*, por sua vez, constitutivo da *acumulação de capital* (*trabalho “vivo”*): o *ser* e o *vir-a-ser* se completam coercitivamente.

Essa “moeda” não é outra coisa senão a expressão da contraposição entre *trabalho* existente no espaço e *trabalho* que toma existência no tempo, ambos compondo um todo orgânico necessário à produção do *valor* (e da *mais-valia*). O interesse de uns poucos no embate de classes é transformar o *vir-a-ser* no *ser*; o interesse de (muitos) outros é produzir o *vir-a-ser* como garantia de recompra de sua mercadoria...

Em particular, a busca da garantia acima mencionada poderia levar uma categoria de trabalhadores, sobretudo em circunstâncias de “horror econômico”, a defender, arduamente, programas e políticas voltadas para manter em pleno funcionamento as atividades às quais se encontra vinculada, mesmo causando efeitos deletérios sobre o ambiente. Manter-se vinculado a um *capital*, assegura a identidade (de classe) e a chamada inclusão-cidadã da sociedade burguesa. Nesse sentido, talvez fosse mais correto fazer referência à classe trabalhadora como aquela que *vive para o trabalho* e que, ao mesmo tempo, *vive do trabalho*. Isso porque, como já referido, é a portadora coletiva da fonte de valorização do *capital*, de sua auto-reprodução e da produção da *mais-valia*.

Desse modo, o significado atribuído ao *trabalho* não permite reduzi-lo a sua simplicidade, como atividade humana em geral. Não se trata de atividades através das quais os homens transformam a natureza e se relacionam entre si, tipificadas nas chamadas “mediações de primeira ordem”. Ademais, não se trata da determinação natural do homem, a não ser que se admita que este pode realizar-se através de produtos que não lhes pertencem. Ao longo do tempo, o desenvolvimento do *capital* aprofundou o processo de fragmentação e de tendência ao esvaziamento do substrato real do *trabalho*.

Por outro lado, se a “vontade” de vender a *força-de-trabalho* for condição necessária para a satisfação de necessidades individuais, a efetivação dessa venda, a condição suficiente e cada vez mais distante do controle de seu possuidor, não depende do vendedor. Ao mesmo

tempo, a satisfação de necessidades humanas não sendo a finalidade da produção, seu atendimento afirma-se como uma coerção social determinada pela lógica da autovalorização do *capital*. Ou seja, a satisfação das necessidades individuais de várias ordens tem por pressuposto a produção do *valor-mercadoria*. Em sendo assim, no limite matemático da plena operação da contradição central do sistema do *capital*, o *trabalho* deixará de ser a eterna necessidade imposta ao homem, tão alegada pelos ideólogos do sistema.

O atual estágio do desenvolvimento do *capital* permite perceber práticas nas quais as atividades produtivas já estão reduzidas a simples gasto indiferenciado de *força-de-trabalho*, desprovidas de conteúdo substancial que, obviamente, se desenvolvem independentemente das necessidades e vontade dos envolvidos. Antes, quando prevaleciam relações de dependência pessoal, também não se poderia falar de atividades humanas autodeterminadas, pois o “mundo do trabalho” confundia-se com o da vivência, e ambos estavam integrados a um complexo sociopolítico no qual as normas coercitivas eram ditadas pela religião, pela tradição social e cultural e previam compromissos pessoais mútuos. Por outro lado, na formação social capitalista, na qual a produção de mercadorias corresponde à transformação da energia física e intelectual em *dinheiro*, a esfera do *trabalho*, crescentemente dissociada das demais, constitui-se num importante seu determinante. De certa maneira, o “mundo do trabalho” submete para si o “mundo dos homens”, sem que haja com este uma vinculação de intimidade mais profunda, regulando-o por intermédio de uma racionalidade abstrata, na qual o *trabalho* é o fim em si mesmo, na medida em que é o suporte da valorização do *valor*. Interessa, sobretudo, que a mercadoria seja transformada em *dinheiro* e este em *trabalho* para produzir *dinheiro* em escala ampliada. Desse modo, o *capital* se autodefine como um metabolismo que suga energia física e mental para atender a única finalidade que conhece: acumulação de *trabalho*

“morto”, representado no *dinheiro*, uma vez que a produção de riqueza na sociedade capitalista somente tem sentido se for representável na forma monetária.

O processo de simplificação/indiferenciação – ou de abstração – inerente ao *trabalho*, que na atualidade se apresenta de maneira mais visível, tende a afetar a totalidade de seus diferentes gêneros concretos. Tal conjunto se estrutura em função do aprofundamento da divisão técnica do *trabalho*, à qual corresponde, tendencialmente, uma espécie de “desumanização” – não apenas determinada pela substituição do *trabalho* “vivo” pelo *trabalho* “morto” – mas, sobretudo, decorrente do esvaziamento que vai caracterizando gradativamente este mesmo *trabalho*. Como conseqüência, na sociedade capitalista, na qual o *valor-mercadoria* é a forma de riqueza que se generaliza, e que lhe é específica, a indiferença dos que trabalham e a indiferenciação quanto ao que fazem vão ganhando nitidez, à medida que o *trabalho* vai expondo seus limites como fonte que constitui o *capital*. Assim, o *trabalho*, ao mesmo tempo em que é uma atividade humana consciente, porque orientada para um fim pré-concebido – heteronomicamente concebido, vale dizer –, tende a corresponder a um simples dispêndio de energia física e mental, independentemente do conteúdo, das necessidades, da vontade e da qualidade dos portadores de *força-de-trabalho*.

A necessidade de “se vender” para poder viver – portanto, a necessidade de viver para o *trabalho* e do *trabalho* – apresenta-se, desde sempre, como um vínculo de dependência total. Uma dependência “servil” – ao *capital*, e não à classe capitalista – para atender a finalidade determinada pelo *capital* que guarda pouca ou nenhuma relação com as necessidades desses “servos” da modernidade. Assim, os “escravos” do *capital* realizam o sacrifício do *trabalho* para produzir *valor* (e *mais-valia*). No lugar de laços de dependência extra-econômicos (senhor/escravo/servo), uma relação social que se impõe e se ‘naturaliza’ para além das necessidades

dos envolvidos. No “reino” do *trabalho*, portanto, prevalece uma atividade humana heteronômica e se efetiva a perda de liberdade e de possibilidades emancipatórias em seu interior: nesse “reino” o gasto de *força-de-trabalho* humana reafirma-se como um fim determinado externamente pelas leis imanentes à produção do *valor-mercadoria*: qual seja, a produção do *dinheiro* em escala crescente.<sup>19</sup> Ao mesmo tempo, a negação da liberdade para muitos – ou para todos? – e o caráter heteronômico do *trabalho*, refletem-se sobre a organização da vida social e cultural da humanidade e tendem a se tornar marcas indelévels da quase-objetividade da dominação social, crescentemente abstrata, do *capital*.

Em síntese, na sociedade do *trabalho*, onde tudo pode ser negociado, menos os fundamentos do modo de produzir o *capital* (com ou sem o *trabalho assalariado*), a objetividade da dominação social que lhe é inerente impõe-se através da forma de compulsão historicamente constituída pelo *trabalho*. Na esfera em que se dá a produção do *capital* também se produzem as bases dos antagonismos típicos dessa sociedade, tanto entre semelhantes (*capital x capital*), quanto entre dessemelhantes (*capital x trabalho*). (E ao lado dessas mesmas bases, com elas compondo a unidade necessária à reprodução sócio-econômica do *capital*, o mercado ascende à condição de arena sagrada e legitimadora do espetáculo da dominação do deus-*capital* materializado no *dinheiro*.) Em particular, o antagonismo inerente à luta distributiva encetada pelos trabalhadores assalariados, tendo em vista ampliar sua participação no valor agregado, exige que o excedente seja produzido e que, para tal, os trabalhadores deverão produzir, não apenas *mais-valia*, mas ainda, produzir numa escala crescente. Assim, essa luta de interesses de classes que se trava entre “buscadores” de *dinheiro* – no caso, entre semelhantes e dessemelhantes –, torna-se a expressão do desenvolvimento de um processo de auto-dominação e nunca de autodeterminação.

Em sua fase atual, a moderna sociedade produtora de mercadoria revela sinais, mais ou menos visíveis, de seu limite absoluto, o que não significa dizer, necessariamente, de seu final. A riqueza da época capitalista sempre exigirá o *trabalho* como fonte de sua produção. Contudo, com o prosseguimento da revolução microeletrônica, acentua-se a tendência de redução do uso direto de *força-de-trabalho*, confirmando a assertiva de Marx nos *Grundrisse* (1985b: 227-230). O que poderia ser considerado uma “ficção científica” há poucas décadas passadas, hoje ganha concretude. Embora tenha havido um intenso crescimento econômico do pós-Guerra até meados dos anos 70 – período que ficou conhecido por “trinta [anos] gloriosos” –, o crescimento do nível geral do emprego ocorreu em função do ritmo crescente das inovações de produtos, comparativamente mais elevado do que o ritmo das inovações de processos. No entanto, passada a “bonança” da ola fordista-keynesiana, a “tempestade” que se seguiu correspondeu a um intenso processo de inovações técnico-produtivas e organizacionais de base microeletrônica, cuja marca reveladora é a redução do tempo de *trabalho* e da quantidade de *trabalho* por unidade produzida.

As inovações de processos, e os aumentos de produtividade delas decorrentes, têm sido acompanhadas da aceleração do declínio da taxa de utilização do valor-de-uso (Mészáros, 1995: 566-569).<sup>20</sup> Ao mesmo tempo, têm significado a perda de importância relativa do *trabalho* imediato diante do *trabalho* objetivado: a venda da mercadoria *força-de-trabalho* vai se “notabilizando” como um “negócio” cada vez menos “lucrativo”. Nesta sociedade, quem não consegue vender sua *força-de-trabalho* – quem não consegue ser “útil para o lucro”, direta ou indiretamente – é considerado supérfluo e jogado numa espécie de “aterro sanitário” social. Por outro lado, a virulência da concorrência intercapitalista, ao acelerar o processo de concentração-centralização do *capital*, contribui para a emergência de crises periódicas de superprodução, a des-

truição de capacidades produtivas instaladas, o aumento da agressão ao ambiente (inclusive, em função da taxa decrescente do valor-de-uso) e para o estreitamento das oportunidades de inclusão econômico-social da população tornada supérflua. Todos os processos assinalados convergem para dar concretude à crise do *trabalho* e revelar a crescente dificuldade de transformar *dinheiro* em *trabalho* e *vice-versa*. Estreita-se o espaço para a acumulação e revelam-se os limites absolutos do sistema do *capital*.

Esse início do século XXI também sugere a confirmação da assertiva de que, no curso atual de sua evolução, o *capital* consolida-se enquanto um imenso poder sistêmico de dominação e de discriminação em favor de seu ímpeto progressivo de reprodução. Afirma-se, assim, como o mais colossal extrator de excedente até então conhecido pela humanidade (Mészáros, 1995: 126).<sup>21</sup> Ao mesmo tempo, revela seu caráter de incontrolabilidade, impondo-se contra as possibilidades disponíveis de mecanismos de controle político e social.<sup>22</sup> Tal incontrolabilidade é a expressão concreta da dominação do *capital* que se projeta sobre toda a sociedade como uma forma de dominação social crescentemente abstrata na exata medida em que as relações sociais se tornam totalitárias. A incontrolabilidade do sistema do *capital* se aplica tanto a trabalhadores quanto a capitalistas, não importando quão organizados sejam os primeiros ou quão grande seja o capital controlado pelos segundos. Ambos devem obedecer aos imperativos da reprodução ampliada e sofrer as conseqüências (Mészáros, 1995: 42).<sup>23</sup>

A realidade atual do capitalismo também sugere que nunca a coerção para o *trabalho* foi tão intensa, justamente numa época em que o *trabalho* também se revela tendencialmente supérfluo, mesmo que ainda necessário ao *capital*. Nesse sentido, a redução do *tempo de trabalho necessário* a um mínimo, para que o *sobre-trabalho* se torne máximo, torna-se a expressão do poder totalitário do modo de funcionamento e de organização do *trabalho* que produz o *capita-*

*tal*. Ao mesmo tempo, a sociabilidade dele derivada vai determinando o pensar e o agir de toda a população. Particularmente, a ânsia e a angústia em conseguir emprego (mais ou menos precário, não importa) servem de meios de legitimação para remover quaisquer constrangimentos à expansão de relações mercantis para setores mesmo que da vida pessoal privada.

Por outro lado, quando a perspectiva é a criação de alguns poucos e miseráveis “postos de trabalho”, as frases (*Apud* Grupo Krisis, 1999: 20), “Qualquer emprego é melhor do que nenhum” (Bill Clinton, 1998) ou “Nenhum emprego é tão duro como nenhum” (Divisão de Coordenação Federal da Iniciativa dos Desempregados da Alemanha, 1998) tornam-se “a confissão de fé exigida de modo geral” (Grupo Krisis, 1999: 12). Com mais força ainda por estarem todos diante de uma colossal e quase insuperável complexidade em que se tornaram as estruturas da sociedade capitalista. Esse fantástico metabolismo social de dominação projeta-se por sobre toda a humanidade de tal modo que torna quase objetiva a idéia amplamente difundida, principalmente após a derrocada do sistema pós-capitalista soviético, de que não existe alternativa à ordem material prevaiente, tal qual um axioma do sistema capitalista mundializado (Mészáros, 1995: 143).<sup>24</sup> Uma sentença que se apresenta como imediatamente evidente e que se admite como definitiva e universalmente verdadeira.<sup>25</sup>

Simultaneamente, quanto mais evidente fica que a sociedade do *trabalho* sob o comando do *capital* sinaliza para seu fim, tanto mais violentamente é reprimida esta compreensão na consciência das pessoas. Os apelos contidos nos discursos proferidos – por exemplo, quanto à necessidade de requalificação profissional, relacionados ao caráter ideológico da empregabilidade, da qualidade total; e quanto ao “novo perfil do trabalhador”, polivalente e participativo – fazem parte da repressão psicológica, e até mesmo institucionalizada, que se origina da lógica da valorização do *capital*.<sup>26</sup> De um modo geral, o aparato que conforma o quadro super-

estrutural e ideológico da sociedade capitalista, incluindo-se entidades representativas do *capital*, e até mesmo dos trabalhadores, transformam-se em correia de transmissão da dominação social que lhe é inerente.

A “agonia” do *trabalho*, conforme apresentada por Marx nos *Grundrisse* (1985b: 216-237), deve-se à conformação congênita do *capital* e ao caráter abstrato de sua dominação que vai se afirmando com a evolução dos “instrumentos de trabalho”. Mesmo que se queira dizer que a terra é a “mãe” e o trabalho, o “pai”, o “filho”, que se pretende único e onipotente, o *capital*, tornou-se um déspota vampiresco, sugador de energia humana. A despeito de sua natureza progressiva, impulsionadora da produtividade, é um metabolismo social que contém uma dinâmica progressiva que se transforma numa “criação (auto)destruidora”. Por esse caminho, os portadores de *força-de-trabalho*, suas mentes e seus corações, são deslocados pelo *trabalho* “morto”.

Ao mesmo tempo, a irracionalidade da razão do *trabalho* submetida às necessidades de reprodução ampliada do *capital* transforma-se numa paranóia do fracasso, tanto ao nível pessoal quanto ao nível coletivo. Isso ocorre porque todos estão aprisionados à mesma lógica *darwiniana* da produção do *valor*. Em particular, para os despojados de meios de produção, as causas do desemprego que lhes são introjetadas referem-se sempre à falta de aptidão, de atitudes, de aplicação e de flexibilidade pessoais, e nunca relacionadas às vicissitudes próprias da razão metabólica do modo de produção do *valor*. Quem se encontra em condições de despojamento e não está incluído, direta ou indiretamente, no “mundo do *trabalho*”, perde a capacidade – e muitas vezes a própria vontade –, de viver. Por isso, deverá sucumbir em razão de sua incompetência por não ter levado na devida conta as “leis do mercado” e não se ter adaptado aos “novos tempos”. Do mesmo modo, os capitalistas que baquearam foram triturados em razão, também, de sua incompetência diante dos concorrentes, e,

por este motivo, foram penalizados pela lógica da rentabilidade. E com esses, muitos trabalhadores também foram excluídos, descartados e, em nome da consciência “humana”, convencidos de que nada poderia ser feito a não ser jogá-los na vala comum dos desvalidos – ou melhor, na vala comum dos desqualificados e descartados pelo *capital*.<sup>27</sup>

A dinâmica progressiva do *capital*, ao significar a negação das condições de possibilidades para humanizar o homem através do *trabalho*, torna inócua uma verdade até “agora” tida como eterna – até mesmo uma quase maldição –, qual seja, aquela que vincula o pão ao suor do rosto, e que o “trabalho coercitivo” seria uma necessidade eterna. No entanto, esse “pecado” original foi solapado por uma “virtude” de natureza econômica que, ao ser praticada, libera uma minoria de ter que se sujeitar diretamente àquela maldição (Marx, 1989: 12). A necessidade apresenta-se eterna para um número crescente de indivíduos e não para a minoria de proprietários de ativos reais e/ou financeiros. Um outro simulacro de verdade se encontra expresso na afirmação de que a propriedade de ativos é fruto do *trabalho*, quando de há muito é fruto do “roubo” de *trabalho* alheio.

Se a sociabilidade humana se sustenta no *trabalho* – como ainda acreditam e querem muitos –, a racionalidade organizativa do *capital* aponta para um retorno à barbárie. (Mas também aponta para a *possibilidade* de sua superação, vale dizer. Isso porque, por ser um modo de controle metabólico social, historicamente constituído, é passível de superação.) A racionalidade irracional do *capital* (este, o *trabalho* acumulado sob a forma de *dinheiro*) tem reduzido todas as relações sociais àquela que atende a suas necessidades de autovalorização, constituindo-se numa coerção que leva hoje, no mundo inteiro, à inutilidade para os fins do *capital* de pelo menos um contingente equivalente à população da China. Ainda, num momento histórico no qual há fortes indícios de que o estágio alcançado pelo desenvolvimento das

forças produtivas pode reduzir significativamente o *tempo de trabalho necessário* para produzir as condições materiais de vida. Esse mesmo momento, no entanto, revela a morbidez de uma exclusão sócio-econômica que demonstra a completa falta de legitimidade do sistema do *capital* (Dieterich, 1998: 129-130). E a necessidade de sua superação.

## Notas

<sup>1</sup> Neste trabalho, a grafia *trabalho* estará sempre significando a forma de mediação social entre os homens e entre estes e a natureza, historicamente determinada. Embora possa também se referir ao “trabalho escravo” ou ao “trabalho servil”, é o “trabalho assalariado”, a forma específica adequada à produção do *capital* que interessa mais de perto. Em seu sentido trans-histórico, o termo aparecerá grafado sem qualquer destaque. Neste caso, trabalho corresponde a uma atividade humana qualquer, pré-concebida e orientada para determinada finalidade, significando pura e simplesmente gasto de energia física e mental. Ao ser grafada entre aspas, a palavra “trabalho” estará significando uma forma de mediação social relacionada a uma sociedade situada para além do *capital*.

<sup>2</sup> A esse respeito, vale transcrever o que se encontra no *Manifesto Contra o Trabalho* (1999: 77). “O ponto de partida não pode ser algum novo princípio abstrato geral, mas apenas o nojo perante a própria existência enquanto sujeito do trabalho e da concorrência, e a rejeição categórica do dever de continuar “funcionando” num nível cada vez mais miserável.” Mais adiante prossegue: “O mal-estar no capitalismo está maciçamente presente, mas é reprimido para o subsolo sócio-psíquico. Não se apela a este mal-estar. Por isso, precisa-se de um novo espaço livre intelectual para tornar pensável o impensável. O monopólio de interpretação do mundo pelo campo do trabalho precisa ser rompido.”

<sup>3</sup> O *vir-a-ser* corresponde à *acumulação de capital* em potência; o *ser*, à *acumulação de capital* efetivada.

<sup>4</sup> Vale resumir o que afirma Mészáros (1995: 142): “Em princípio, a crítica prática transformadora não deve se constituir um problema impeditivo (prohibitive problem), mesmo em nosso atual momento histórico, independentemente de quão distantes estejam e quão complexas sejam as transformações requeridas. Antes de tudo, é uma

questão de interesse vital para os seres humanos assegurar ‘o controle da sociedade sobre a riqueza’... O problema é que tal objetivo não pode estar em contradição com a vigente ‘regulação da riqueza sobre a sociedade’, necessidade inerente ao sistema do capital. [...] Assim, o argumento freqüentemente evocado da ‘insuperável complexidade’ – de Max Weber a Hayek e a seus seguidores na atualidade – é unicamente usado para fornecer uma justificativa racional à absoluta permanência de uma definitiva ordem socioeconômica insustentável.” (Tradução minha.)

<sup>5</sup> Postone (1996: 3-5). Para este autor, trata-se de uma forma de dominação social diferenciada e crescentemente abstrata, que subordina as pessoas a imperativos estruturais impessoais e a restrições que não podem ser adequadamente captadas em termos de dominação concreta. Daí, a necessidade de aprofundar a compreensão do real significado do *trabalho* na atualidade, vendo-o como uma prática social, historicamente determinada, representada por estruturas que assumem o lugar das pessoas, de suas visões de mundo e de suas competências e talentos.

<sup>6</sup> Esse é um significado evidentemente distinto do *trabalho* historicamente situado na sociedade capitalista.

<sup>7</sup> Marx (1985a: 458-59) apresenta uma síntese da dissolução das formas anteriores ao *trabalho assalariado* chamando atenção para o processo histórico de dissolução que compreende a perda de vínculos com a terra – a existência inorgânica do trabalhador – e dos demais meios de produção e se conclui com a dissolução das relações de produção nas quais os trabalhadores estavam incluídos “entre las *condiciones objetivas de trabajo*”, na condição de escravos ou servos.

<sup>8</sup> A partir da análise do processo de trabalho, notadamente da relação entre *trabalho* “morto” e *trabalho* “vivo”, pode-se depreender ser essa a contradição central ou fundamental do sistema do *capital*. É central porque, de acordo com Marx, a substituição do *trabalho* “vivo” por *trabalho* objetivado corresponde ao “último desenvolvimento da produção fundada no valor” (p. 227). E assim, continua, “El capital trabaja [...] en favor de su propia disolución como forma dominante de la producción” (p. 222). O significado da contradição pode ser assim resumido: a produção da riqueza capitalista desvincula-se cada vez mais do consumo imediato de *força-de-trabalho* e se torna determinada pelos avanços da ciência e da tecnologia.

No prosseguimento da explicitação, Marx conclui que, diante do imenso acúmulo de *trabalho* “morto”, o trabalhador imediato fica reduzido à condição de mero supervisor, à condição de responsável pela manutenção do “defunto”, vale dizer. Desse modo, “[...] à medida que se desenvolve a grande indústria, a criação de riqueza depende cada vez menos do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho utilizada, e cada vez mais do poder dos agentes mecânicos postos em movimento durante este mesmo tempo. [...] Por esta razão, desmorona-se a produção baseada no valor-de-troca...”

<sup>9</sup> Kurz realiza uma densa análise dessa questão na referência citada. Uma argumentação elaborada nessa mesma direção também pode ser encontrada em Mészáros (1995: 39-71) quando este se refere ao “sistema do capital”, ao “power of capital” e sua incontrolabilidade. Em Postone (1995: 29-33), a expressão utilizada para dar conta da questão é “forma abstrata de dominação social”. Nesse sentido, o capitalismo seria caracterizado em termos de uma forma abstrata de dominação social construída pela especificidade do *trabalho* nesta sociedade. Além disso, tal forma de dominação embute o fundamento social último para a “anarquia da produção” e para o caráter crescentemente fragmentado do *trabalho*, e até mesmo da existência individual, na sociedade capitalista.

<sup>10</sup> Por esse motivo, acrescenta Rosdolsky (1979: 256), não há uma diferença fundamental entre a situação social do trabalhador assalariado e a situação das classes exploradas de épocas anteriores. Ambas as situações se assemelham naquilo que se relaciona à produção do excedente para além do chamado *trabalho necessário*.

<sup>11</sup> Marx (1985b: 118-120) está de acordo com Adam Smith quando este afirma que as formas históricas de *trabalho* – quais sejam, *trabalho* escravo, servil ou assalariado – se apresentam, desde sempre, como algo repulsivo, sempre como *trabalho forçado, imposto do exterior*, frente às quais o não-trabalho aparece como liberdade e ócio. As formas trazem em comum o caráter heteronômico do *trabalho*, impedindo que este seja atrativo ao indivíduo e que lhe seja auto-realizador. O que de modo algum significa que deva ser mera diversão, mero entretenimento, arremata Marx escarnecendo Fourier.

<sup>12</sup> Pode-se afirmar que *trabalho assalariado* é uma categoria que embute uma renúncia “forçada” do trabalhador ao valor-de-uso de sua mercadoria e, conseqüentemente, uma renúncia aos resultados de seu *trabalho*. Contudo, essa alienação só se efe-

tiva quando a “capacidade de trabalho” do indivíduo acrescenta poder de dominação ao *capital*, quando o indivíduo é “útil para lucro”. Portanto, o indivíduo enquanto tal não interessa ao *capital*; interessa-lhe apenas quando lhe acrescenta a capacidade de expandir *mais-valia*.

<sup>13</sup> Segundo Marx (1985a: 156), uma determinação crucial assumida pelo *dinheiro* é sua condição de representante material universal da riqueza, *valor-de-troca* enquanto totalidade e abstração. Com suas próprias palavras, [...] En el propio dinero esta totalidad existe como un compendio mental de las mercancías.

<sup>14</sup> Ainda Marx (1985a: 156), [...] De su figura de siervo en la que se presenta como simple medio de circulación, se vuelve de improviso soberano y dios en el mundo de las mercancías. Representa la existencia celestial de las mercancías, mientras que éstas representan su existencia terrena.”

<sup>15</sup> Com esta determinação, o *dinheiro* torna-se a *comunidade* e não pode suportar outra que lhe seja superior. Porém, isto só ocorre com o pleno desenvolvimento do *valor-de-troca*, quando este se torna o *nexus rerum* generalizado (Marx, 1985a: 157).

<sup>16</sup> Com o desenvolvimento do *capital*, o *homo faber* qualificado – explorador e organizador da matéria preexistente – vai se tornando uma exceção. O conteúdo, o sentido ou a finalidade do *trabalho* de cada indivíduo deixa de ser a fonte de realização humana. A afirmação de que o *trabalho* é uma necessidade eterna, imposta pela natureza, vai deixando de ter sentido com a exacerbação da contradição central do sistema. Além dessa, uma outra “verdade” registrada no velho testamento (“comerás o pão com o suor do teu rosto”), também fica desmascarada: “[...] tu não comerás porque o teu suor é supérfluo e invendível” (*Manifesto contra o trabalho*, p. 25).

<sup>17</sup> Marx (1985a: 84-85) vai mais além: “El intercambio general de las actividades e de los productos, ... se presenta ante ellos mismos [os indivíduos] como algo ajeno, independente, como una cosa. En el valor de cambio el vínculo social entre las personas se transforma en relación entre cosas; la capacidad personal, en una capacidad de las cosas.” Dessa maneira, na sociedade capitalista, ter *dinheiro* confere a seu possuidor comando e poder sobre as atividades de outros, sobre o mundo das mercadorias e sobre o “mundo dos homens”. Ademais, as pessoas são valoradas pelo (*dinheiro*) que possuem.

<sup>18</sup> No capítulo VIII do Libro primero de *El Capital* (1978: 318 e ss), Marx, ao tratar da luta pela fixação

da jornada de 10 horas de trabalho – que deveria vigorar a partir de 1º de maio de 1848 –, sugere a conclusão de que tal luta foi necessária à modernização das relações de trabalho capitalistas. Tal conclusão se prenuncia quando Marx indaga sobre o período de tempo a que o *capital* teria *direito* para efetivar o consumo de *força-de-trabalho*. Mais precisamente, quando pergunta até que ponto se poderia prolongar a jornada de trabalho para além do *tempo de trabalho necessário* à reprodução da *força-de-trabalho*. Segundo Marx, o *capital* responderia que a jornada de trabalho deveria corresponder a 24 horas, pois para ele, em virtude de sua fome vampiresca, o trabalhador não é outra coisa senão *força-de-trabalho*. Porém, Marx também sugere que ao *capital* interessaria uma “jornada normal” para evitar o esgotamento e a morte prematura dos detentores dessa mercadoria. Contudo, mesmo assim, o *capital* só consideraria tal preocupação caso fosse obrigado pela sociedade, através da limitação legal coercitiva. Na época referida, a não obediência dos capitalistas à lei das 10 horas provocou a revolta dos trabalhadores na Inglaterra, acirrando o antagonismo de classes. De positivo, a luta secular pela redução da jornada de trabalho demonstrou que o trabalhador isolado, como “livre” vendedor de sua *força-de-trabalho*, sucumbe e fica sem possibilidade de resistência. Para se protegerem, os trabalhadores tiveram que se impor como classe. Como um resultado da luta, a jornada definida em lei deixou claro quando terminaria o tempo durante o qual o trabalhador cede sua mercadoria e quando começaria o tempo a partir do qual pertence a si mesmo. No final do Capítulo Marx escarnece: “¡Quantum mutatus ab illo! (¡Qué gran transformación!)” Em resumo, pode-se dizer que a lei das dez horas modernizou as relações de trabalho porque contribuiu para tornar impessoal a relação entre capitalistas e trabalhadores. A este respeito, ver também a nota 201 deste mesmo capítulo de *El Capital*.

<sup>19</sup> É interessante notar que a transformação da energia física e intelectual em dinheiro, um fim por si irracional, constitui as bases sobre as quais se assenta a democracia burguesa (a democracia do *capital*), a “democracia realmente existente”. (Quase) Tudo é permitido desde que esteja em acordo com a lógica do *capital*.

<sup>20</sup> Nas formações pré-capitalistas, a taxa de uso de qualquer produto era, necessariamente, elevada e a quantidade de pessoas que compõem o círculo da demanda efetiva, reduzida. Nessas circunstâncias, produtores e meios de produção formavam

uma unidade fechada. Com o desenvolvimento do *capital*, e da contradição central que lhe é inerente, as inovações de processo e a ampliação da capacidade produtiva delas resultantes passam a exigir uma renovação de compras cada vez mais intensa. Desse modo, a vida útil dos valores-de-uso terá que ser crescentemente prematura, durar um tempo definido pelas necessidades de reprodução ampliada do *capital*, pela taxa de lucro almejada. Isso também se aplica aos meios de produção. Assim, para Mészáros, [...] this tendency for reducing the actual rate of utilization has been precisely one of the principal ways in which capital succeeded in achieving its truly incommensurable growth in the course of historical development.”

<sup>21</sup> Esse autor chama atenção para uma questão importante quando se refere à capacidade de dominação social do *capital* – crescentemente abstrata, diga-se – que se acumulou a partir de práticas de intensificada extração de *mais-valia*. Ao mesmo tempo em que tal capacidade lhe confere legitimidade – não do ponto de vista de interesses humanos emancipatórios –, escamoteia sua destrutividade imanente.

<sup>22</sup> Conforme Mészáros (1995: 41), o *capital* não é um mecanismo racionalmente controlável. Ao longo de seu desenvolvimento ele se insurge contra todas as tentativas realizadas com esse intuito e exige que cada um e todos os indivíduos (e classes sociais) demonstrem sua “viabilidade produtiva” – ou pereçam se não o conseguirem, prossegue. Pode-se concluir que sua capacidade inexoravelmente totalizadora submete as questões relacionadas à saúde, à educação, à previdência social, à arte, à agricultura, à indústria, ao comércio, etc, aos mesmos critérios de rentabilidade que lhes são adequados. Para Mészáros, não dá para admitir que um tal sistema seja inerentemente democrático e que se constitua a base para qualquer democracia concebível.

<sup>23</sup> Segundo Mészáros, Adam Smith, ao admitir “a mão invisível” como expressão real do poder de controle do sistema, apenas revelava sua desilusão quanto à possibilidade de que os sujeitos humanos viessem a fazê-lo. Ademais, acrescenta, o desenvolvimento do capital no curso da história sugere que as personificações do *capital* na condição de condutores do processo decisórios vão se tornando uma quimera de “líderes socialdemocratas”. Assim, vale concluir, as oportunidades de negócios e de vida ficam determinadas por uma distribuição de probabilidade que se define em função do lugar onde se situam efetivamente os indivíduos na “*estrutura hierárquica de comando do capital*”.

<sup>24</sup> Conforme Mészáros, o *capital* é um modo de controle acima de qualquer circunstância; um metabolismo de controle social que se impõe sobre indivíduos ou classes sociais através de estruturas jurídico-políticas historicamente constituídas por esses mesmos indivíduos ou classes sociais. Trata-se, não de uma “entidade material”, mas de um “*ultimately uncontrollable mode of social metabolic control*”.

<sup>25</sup> ‘*There is no alternative*’. (Margaret Thatcher) ‘*We can do business with Mr Gorbachev*’. (Idem) ‘*There is no alternative*’. (Mikhail Gorbachev) (Apud Mészáros, 1995: 281.)

<sup>26</sup> O compositor Gonzaguinha retrata de maneira genial os requisitos considerados fundamentais para um cidadão se locupletar de “direitos” na sociedade do *dinheiro*. A música denomina-se “Comportamento geral”. Vale dizer que a composição é de 1973. Os poetas, muitas vezes, têm a virtude de nos antecipar as “mudanças” em curso na sociedade. E quando se trata de um crítico social, e ao mesmo tempo de um brilhante intérprete dos (des)caminhos amorosos cruzados por muito(a)s brasileiro(a)s, como é Gonzaguinha, nesse particular sua obra musical nos premia com uma interpretação pujante do que significam as exigências e a alienação do trabalho sob o comando do *capital*. Monteiro Lobato, por sua vez, produziu uma síntese que complementa os requisitos para racionalizar e organizar o trabalho. Para seus colaboradores dizia Lobato: “[...] a economia de tempo e material representa lucro e aumento de salário. Quem pode fazer um serviço em uma hora e o faz em duas; quem mata o tempo em vez de produzir; quem dá dez passos em vez de oito necessários; quem espicha a sua tarefa; quem se esconde atrás de uma porta; quem maltrata uma máquina; quem estraga uma folha de papel; quem perde um minuto que seja de trabalho lesa a empresa, e lesa, portanto, a si próprio. No fim do ano, a soma desses pequenos desperdícios representa muito. A empresa que consegue evitá-los habilita-se a beneficiar o público com melhoria de paga. Trabalhem, pois, com amor e boa vontade, conscientes de que somos um organismo capaz de ir ao infinito, se todas as células cooperarem em harmonia para o fim comum. Podemos nos transformar numa empresa que nos orgulhe a todos – e a todos beneficie cada vez mais. Para isto, o meio é a preocupação constante de produzir com o mais alto rendimento em perfeição e presteza.” (Compilado de SINE/CE, Reestruturação produtiva na indústria cearense: novos paradigmas de produção e de consumo da

força de trabalho, Relatório da Pesquisa, Fortaleza-CE, 1997.) Contrariamente à visão de mundo revelada pelo poeta Gonzaguinha, Lobato parece caminhar na mesma direção da repressão psicológica emanada do *capital*.

<sup>27</sup> Em outras circunstâncias, seriam considerados membros do “exército de reserva industrial”, uma reserva que a ela se poderia recorrer em caso de necessidade. No entanto, como se sabe, uma elevação da composição técnico-orgânica de um dado *capital* que produza um “encolhimento” do exército de ativos sob seu comando, serve-lhe como indicação de que a reserva está localizada em seu próprio âmbito de ação. O “exército industrial de reserva”, nas atuais condições, encarrega-se muito mais de disciplinar e de conter demandas salariais do que propriamente se constituir num fornecedor de *força-de-trabalho*. A fonte principal de *força-de-trabalho* tende a se referir em maior medida aos chamados “ingressantes” no “mercado de trabalho”, e menos àqueles situados no contingente de desempregados pela condição de “descartados” que estigmatiza estes últimos. Por outro lado, nada garante que os “postos de trabalho”, disponíveis ou a serem eventualmente criados, serão suficientes para absorver os “ingressantes”.

## Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. (1997), *Razões práticas – Sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papyrus Editora.
- CHESNAIS, François. (1999), “Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica”, in F. Chesnais, *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*, São Paulo: Xamã Editora.
- DIETERICH, Heinz. (1998), “Teoria e Práxis do Novo Projeto Histórico” in *Fim do Capitalismo Global – o novo projeto histórico*. Tradução de E. A. Wolff. São Paulo: Xamã Editora.
- GRUPO KRISIS. (1999), *Manifesto contra o trabalho*. Tradução de Heinz Dieter Heidemann com a colaboração de Cláudio Duarte. São Paulo, Cadernos do LABUR n. 2, Departamento de Geografia/FFLCH/USP.
- JAPPE, Anselm. (2003), *Les Aventures de la marchandise – Pour une nouvelle critique de la valeur*. Paris: Éditions Denoël.
- KURZ, Robert. (1999), *O colapso da modernização – Da derrocada do socialismo de caserna à crise da*

*economia mundial*. Tradução de Karen Elsabe Barbosa. 5ª edição revista, São Paulo: Paz e Terra.

\_\_\_\_\_ (2000), "Dominação sem sujeito: sobre a superação de uma crítica social redutora", in J. Paiva (org.), *Teoria Crítica Radical, a Superação do Capitalismo e a Emancipação Humana*, Fortaleza-CE: Instituto Filosofia da Práxis.

MARX, Karl. (1978), *El capital*, Libro primero. 7ª edición, México: Siglo Veintiuno Editores, SA.

\_\_\_\_\_ (1980), *Teorias da Mais-Valia* (Livro 4 de *Capital*, vol. D). Tradução de R. Sant'anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

\_\_\_\_\_ (1985a), *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) – 1857-1858*, Vol. 1. 10ª edición, México: Siglo Veintiuno Editores, SA.

\_\_\_\_\_ (1985b), *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) – 1857-1858*, Vol. 2. 10ª edición, México: Siglo Veintiuno Editores, SA.

\_\_\_\_\_ (1989), *A origem do capital (A acumulação primitiva)*. Tradução de W. S. Maia. 6ª edição, São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda.

MÉSZÁROS, István. (1981), *MARX: A Teoria da Alienação*. Tradução de W. Dutra e supervisão de L. Konder. Rio de Janeiro: ZAHAR EDITORES.

\_\_\_\_\_ (1995), *BEYOND CAPITAL – Towards a theory of transitions*. London: Merlin Press.

OLIVEIRA, Aécio. (2000), "Mudanças tecnológicas e organizacionais e o processo de qualificação-desqualificante da *força-de-trabalho* (Mais-valia, produtividade e desenvolvimento do Capital)". Digitado, Fortaleza-CE, [aecioeco@ufc.br](mailto:aecioeco@ufc.br).

POSTONE, Moishe. (1996), *Time, labour, and social domination – A reinterpretation of Marx's critical theory*. New York: Cambridge University Press.

ROSDOLSKY, Roman. (1979), *Génesis y estructura de El capital de Marx (estudios sobre los Grundrisse)*. 2ª edición, México: Siglo Veintiuno Editores, SA.